



Câmara Municipal de Sesimbra

Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal de Sesimbra

REGISTO	
N.º _____	DATA / /
CLA _____	

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA COIMA REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES

PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º	
--	--

1 – REQUERENTE

Nome/Firma				
N.º Identificação Civil		Válido até		
N.º Identificação Fiscal				
Morada/Sede				
Freguesia		Código Postal	—	
Telefone		Telemóvel		Fax
Email				
Código de consulta da certidão permanente do registo comercial				

2 – REPRESENTANTE (preencher quando aplicável)

Nome				
N.º Identificação Civil		Válido até		
N.º Identificação Fiscal				
Na qualidade de	<input type="checkbox"/> Mandatário	<input type="checkbox"/> Gerente	<input type="checkbox"/> Administrador	<input type="checkbox"/> Outro
Código de consulta da procuração online				

3 – PEDIDO

Vem requerer a V. Exa., ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação, o pagamento da coima que lhe foi aplicada em prestações, o que o faz nos seguintes termos:

VALOR DA COIMA APLICADA	€	NÚMERO DE PRESTAÇÕES¹	
VALOR DAS CUSTAS	€		
MOTIVO			

4- MEIOS DE NOTIFICAÇÃO

Autorizo o envio das notificações decorrentes deste pedido para o seguinte endereço eletrónico

E-mail

5- DECLARAÇÕES

Tomei conhecimento que as custas do processo são pagas integralmente com o pagamento da 1.ª prestação

Tomei conhecimento que a falta de pagamento de uma das prestações implica o vencimento de todas as outras e o consequente pagamento integral do montante em falta.

6- ASSINATURA DO REQUERENTE

Assinatura

Data

DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM O PEDIDO

Acompanham o pedido _____² documento (s)

Cópia da última declaração de rendimentos (IRS/IRC)

Outro documento comprovativo da situação económica _____

DADOS PESSOAIS

O Município de Sesimbra com o NIPC 501 144 218 e sede na Rua da República, n.º 3 2970-741 Sesimbra é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos neste formulário. O Município nomeou um encarregado de proteção de dados pessoais que pode ser contactado através do email epd@cm-sesimbra.pt.

Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar resposta à sua solicitação, cumprindo o disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação aplicável ao pedido formulado, sendo, portanto, o fundamento para o tratamento dos dados o cumprimento de obrigações legais, bem como o interesse público no âmbito das competências do Município de Sesimbra.

O Município de Sesimbra respeita as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como da legislação nacional aplicável.

Os dados tratados serão conservados durante o tempo necessário ao cumprimento das finalidades identificadas e podem ser transmitidos a entidades a que seja necessário transmitir os dados no âmbito do pedido formulado ao Município; autoridades judiciais ou administrativas, nos casos em que tal cedência seja obrigatória; e subcontratantes que procederão ao tratamento dos dados por conta do Município de acordo com as finalidades por este determinadas.

Nos termos da legislação de proteção de dados pessoais, é garantido o direito de acesso, atualização, retificação, eliminação, portabilidade, limitação e apagamento dos seus dados pessoais. Assiste-lhe ainda o direito de apresentar reclamações perante a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). O exercício destes direitos deverá ser realizado através do seguinte endereço de correio eletrónico epd@cm-sesimbra.pt ou por correio para Rua da República, n.º 3, 2970-741 Sesimbra.

Para mais informações consulte a nossa política de privacidade em www.sesimbra.pt

¹ Identificar o número de prestações, que não pode ir além dos 24 meses subsequentes ao caráter definitivo ou trânsito em julgado da decisão.

² Identificar o número de documentos que acompanham o pedido